



Anais da Assembléia

Nº 103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 78.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1991
(SEGUNDA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Anibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cesar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Cesar, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Duílio Genari, Edson Silva Lino, José Alves, Mario Bezerra, Nilton Barbosa e Ovídio Constantino (07). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SENHOR PRESIDENTE-(Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Of. nº 1106/91/GS

Curitiba, 23 de agosto de 1991.

Senhor Presidente.

Pelo presente, levo ao seu conhecimento que o pedido de informações solicitado por essa colenda Assembléia, sobre aspec-

tos administrativos e aquisição de materiais, encontra-se em fase de detalhamento pelo G.P.C. (Grupo de Planejamento e Controle), necessitando de mais dez dias, para elaboração de uma satisfatória e esclarecedora resposta.

Contando com sua valiosa aquiescência, agradeço a atenção e apresento protestos de consideração e apreço.

(a) Nizan Pereira Almeida
Secretário de Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido do Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 360/91 (Mensagem nº 074/91), que aprova o crédito suplementar para o Ministério Público, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 358/91 (Mensagem nº 073/91), que aprova crédito suplementar para a SEFA, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 362/91 (Mensagem nº 072/91), que aprova crédito suplementar para o DER/PARANÁ RURAL, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 359/91 (Mensagem n° 071/91), que aprova crédito suplementar para o DER, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 364/91 (Mensagem n° 070/91), que aprova crédito suplementar para a FUEL, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 361/91 (Mensagem n° 069/91), que aprova crédito suplementar para o JPC e FASPAR, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2077

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 363/91 (Mensagem n° 068/91), que aprova crédito suplementar para a SEAD e DECON, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Orlando Pessuti

REQUERIMENTO N° 2078

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 320/91, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.08.91

(a) Anibal Khury

REQUERIMENTO N° 2085

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 26.08.91

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para a Proposição n° 065/91 (Mensagem n° 051/91), que autoriza o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar o imóvel que especifica, a Jacinto Benedito Barroso.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2086

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para a Proposição n° 064/91 (Mensagem n° 050/91), que autoriza o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar o imóvel que especifica, a Wilmar Schneider.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2087

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para a Proposição n° 063/91 (Mensagem n° 049/91), que autoriza o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar o imóvel que especifica, a Venício Vecchi e Carlos Vecchi.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2088

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, Regime de Urgência para a Proposição n° 066/91 (Mensagem n° 052/91), que autoriza o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar o imóvel que especifica, a Edu Krüger.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 2062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão,

constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO N° 2065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação da documentação existente no Projeto de Lei n° 008/90, que foi considerado inconstitucional pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao Projeto de Lei n° 344/91, de minha autoria, que visa sanar os vícios de origem na criação do município de FAROL, desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2080

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, no uso de suas prerrogativas regimentais, o envio de manifestação urgente em apoio à indicação do eminente Juiz Doutor Milton Luiz Pereira, para Ministro do Superior Tribunal de Justiça, endereçada aos Senhores Presidente da República e Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Milton Luiz Pereira, eminente Juiz do Tribunal Regional Federal de São Paulo, foi indicado para encabeçar lista triplíce ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, com sede em Brasília.

Doutor Milton Luiz Pereira é formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Foi líder estudantil; campeão brasileiro de oratória universitária; Prefeito Municipal de Campo Mourão e Juiz Federal em Curitiba.

É professor titular de Direito Penal da Faculdade de Direito de Curitiba e, promovido para integrar como Juiz de 2ª Instância, do Tribunal Regional Federal, com sede em Brasília, tendo sido seu Presidente até recentemente.

Ao apoiar essa meritória indicação - dado que o Doutor Milton Luiz Pereira figura em primeiro lugar na lista triplíce elaborada pelos Ministros do STJ para a nomeação na vaga existente nesse importante colegiado judiciário - a Assembleia Legislativa junta-se à campanha paranista que defende a presença de um jurista ligado ao Estado do Paraná nos tribunais superiores da República.

REQUERIMENTO N° 2061

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais desta sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Davi Miguel, ocorrido no último dia 19 de agosto deste ano.

Solicita ainda, que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Falecido aos 67 anos, o Senhor Davi Miguel obteve grande destaque pelo desempenho em seu trabalho dedicado, ao longo de 15 anos na FAMEPAR - Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná.

Sua perda enlutou os admiradores e amigos que tinham no Senhor Davi Miguel o exemplo de uma figura humana de grande valor e respeito inabaláveis.

Deixa viúva a Senhora Nabiba, além de filhos e netos.

REQUERIMENTO N° 2066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, votos de congratulações pela realização da SEMANA DO EXCEPCIONAL, dirigidos os cumprimentos ao ilustre Presidente das APAE's do Paraná, Senhor José Diniewicz, e ao Excelentíssimo Senhor Flávio Arns, Presidente das APAE's de todo Brasil.

A "Semana do Excepcional" - de 21 a 28 deste mês - se realiza em todo o País. É sobretudo um momento para reflexão em torno do excepcional e o contexto de socialização que deve envolvê-lo, para o qual o trabalho das APAE's, ao longo de muitas décadas, é imprescindível.

Sem logicamente, desmerecer os inegáveis trabalhos alcançados neste País, cabe aqui ressaltar o que vem sendo realizado no município de Irati, onde conhecemos a APAE muito bem. Com capacidade, dedicação e sobretudo amor, a sua diretoria não mede esforços no sentido da formação do excepcional, habilitando-o para a vida, possibilitando a sua verdadeira integração comunitária, para o qual, em que pese as suas limitações, a contribuição que são capazes de dar, são verdadeiramente imprescindíveis.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, é com grande júbilo que fazemos esse merecido registro, lembrando também o lema: "Que os esforços desafiem as impossibilidades".

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2080-A

Senhor Presidente.

O Governo Federal imita o Paraná!!

A imprensa divulga hoje que o Executivo, através da Secretaria Nacional dos Transportes, está para encaminhar um regulamento nacional de transportes, que terá novidades como: a de ampliar o prazo da validade das passagens de ônibus e a de acabar com o monopólio interestadual, abrindo novas concorrências, oferecendo novas alternativas ao usuário que poderá optar pela empresa que oferecer melhor serviço e horários convenientes.

Senhores: o Paraná poderia ser o exemplo se já tivesse, nesta Casa, discutido e aprovado o nosso Projeto nº 044/91, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros.

Por que a demora?

Por que privar o usuário dos benefícios que a livre concorrência propicia?

Por que não demonstrarmos ao País que o Paraná é moderno e a sua retórica é a sua prática?

Lamento pela indecisão da Casa!!!

Lamento pelo povo sofrido no tolhimento de um de seus direitos de ir e vir!!!

Que os Anais desta Casa continuem a registrar a luta de poucos pelo fim do monopólio do transporte coletivo intermunicipal e registre, especialmente, o esforço para que a Região Metropolitana tenha a sua tão sonhada integração de transporte, para que este povo trabalhador possa pagar uma só passagem de ônibus, já que a política nacional não lhe dá as condições mínimas para viver.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2058

Senhor Presidente.

Lamentavelmente, de uns tempos para cá, tem sido objeto de farto noticiário e de repetidos comentários na imprensa norte-paranaense, a atitude das autoridades policiais da cidade de Arapongas, que se tornaram não só incapazes de defender os legítimos interesses do povo, tanto quanto deslustram sua presença como instituição política e social.

A 30ª Delegacia Regional de Arapongas está diretamente envolvida na exploração da contravenção chamada "jogo do bicho", fato esse de notoriedade.

Assiste passivamente a luta entre "bicheiros", que se degladiam com cenas típicas do "faroeiro americano", colocando em risco a vida da população, mostrando pendores ora para uns, ora para outros contraventores, como se fora soberano instituidor da norma legal que elege ao seu sabor.

O município de Arapongas atingiu a

expressão que tem no Estado, através do trabalho do seu povo, que ordeiro, não quer assistir, tão pouco compactuar, com a irresponsabilidade da Polícia que não correlaciona fatos, valores e normas legais, que é, em síntese, a compreensão do Direito.

Legítima a revolta dos munícipes contra esse estado de coisas que não podem, e não devem quedar inertes.

Bem por isso, dentro de um princípio de consciência ética, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, seja solicitado do Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, a designação de um Delegado Especial, para proceder ampla sindicância, com o objetivo de apurar responsabilidades e sanar tal estado de coisas que ocorrem em Arapongas.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2063

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor ANTÔNIO CARLOS PERRUCI LOUREIRO ALVES, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando a recuperação da BR-158, no trecho compreendido entre a PR-281 até a Usina de Salto Santiago, em função de estar em péssimo estado de conservação e ser uma importante via de ligação no Paraná.

Requer ainda, que da decisão favorável desta Casa, seja dada ciência ao Diretor do DNER no Paraná, Senhor EDY NAKAMURA.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 2067

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido da doação de um aparelho vídeo-cassete para a Escola Estadual "Duque de Caxias", localizada na municipalidade de Irati.

De iniciativa da ilustre Diretora, Senhora Léa Maria Dyniewicz, o mencionado equipamento visa a oferecer um novo recurso didático-pedagógico, que possibilite, conseqüentemente, melhorar as condições de aproveitamento por parte dos educandos.

Em se tratando de um justo pleito, espera-se que, naquilo que estiver ao alcance desta Pasta, sejam tomadas as providências que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com o intuito da elevação da cota de medicamentos para a municipalidade de Irati.

É imprescindível aumentar o número de medicamentos, considerando que a remessa atualmente destinada, não tem sido suficiente para atender as reais necessidades da população, notadamente aqueles que não possuem recursos financeiros para, particularmente, resolverem tal problema.

Que essa Secretaria de Estado, em face do exposto, dê o necessário encaminhamento, no menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, visando o repasse de verbas - atrasado desde janeiro do corrente ano - às Casas de Estudantes Universitários do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As Casas de Estudantes Universitários do Paraná, estão enfrentando sérias dificuldades para suprir suas necessidades básicas de manutenção de suas instalações, e até mesmo de alimentação.

Esta foi a informação a nós fornecida por representantes da Casa das Estudantes Universitárias do Paraná, quando em visita a nosso Gabinete Parlamentar.

As estudantes solicitaram nossa gestão junto ao Governo do Estado, visando a liberação de verba decorrente de convênio entre a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e as Casas de Estudantes Universitários, verba esta que está atrasada desde janeiro deste ano. Esta circunstância está acarretando sérios problemas aos moradores das Casas Universitárias, os quais, em sua maioria esmagadora, são jovens vindos do interior e sem recursos para custear até mesmo sua alimentação.

Assim sendo, estamos certos de que o Governo do Estado dará a este assunto a devida atenção, bem como o apoio dos nobres Pares, para o atendimento de tão justa reivindicação.

REQUERIMENTO N° 2068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade da destinação de materiais odontológicos para a municipalidade de Teixeira Soares.

Fundamentalmente junto às pessoas de baixa renda, a falta de materiais médicos significam incontornáveis transtornos, à medida em que, sem poder atender a altura, centenas de munícipes ficam à mercê da saúde bucal.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um parecer favorável a presente solicitação.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2079

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de telex aos Deputados Federais e Senadores pelo Estado do Paraná e aos líderes de bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado da República, manifestando integral apoio e solicitando votar favoravelmente aos Projetos de Lei n°s 1.168/91 e 1.169/91, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, que tratam respectivamente da Política Nacional de Salários e do Salário-Mínimo.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia

REQUERIMENTO N° 2091

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Senhor Diretor Superintendente da FUNDEPAR, Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando:

1. Há risco de falta de merenda escolar este ano?
2. O fornecimento de merenda ocorre nos três turnos (manhã, tarde e noite)?

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Minhas interrogações se devem ao fato de ter recebido inúmeras denúncias de que está faltando merenda escolar em alguns cursos diurnos e a ausência dela em cursos noturnos.

Sabemos que inúmeros trabalhadores saem do serviço, indo direto para a esco-

la. Alguns destes sem jantar e, esta situação tem piorado com o desemprego e o achatamento salarial. Tanto é que, de acordo com a FAO, são hoje 53 milhões de trabalhadores passando fome no nosso País.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 045/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - O artigo 1° da Resolução n° 004/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita no município de Piraquara para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Pinhais.

"Tem como ponto inicial o cruzamento da Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel com a Estrada de Ferro RFFSA, por esta até o limite leste dos loteamentos Bois De Boulogne e Vila Amélia até a Rua Marechal Floriano, por esta até encontrar a Rua Humberto de Alencar Castelo Branco, pela qual segue em sentido sul, numa distância de 1522 metros, antes de chegar na Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, deste ponto, por uma linha seca de sentido oeste, alcança o Rio Palmital, pelo qual sobe até encontrar a Estrada da Graciosa, pela qual segue até encontrar o Rio Atuba; pelo referido Rio até alcançar o Rio Iguazu, por este até encontrar o Rio Iraí; por este até o limite leste do loteamento Vila Maria Antonieta, pelo referido limite até a Rodovia PR-415 ou Rodovia João Leopoldo Jacomel, e por esta até o cruzamento com a Estrada de Ferro RFFSA, ponto inicial".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebeu da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o ofício n° DEGE/PR/1265, sugerindo as alterações corretivas na Resolução n° 004/90, com o propósito de sanar incoerências cartográficas que dificultam o traçado do polígono definidor da área. É por esta razão que apresentamos este projeto, salientando que a alteração sugerida em nada alterará a área definida na Resolução n° 004/90, para que possam servir de subsídio aos demais Pares.

E esperamos a aprovação, conhecedores que somos do alto espírito público que norteia os Deputados desta Casa Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 368/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído o PLANO DIRETOR RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - RODOPAR, com o objetivo de proporcionar a integração racional das várias regiões estaduais, atendendo as necessidades de transporte e melhoria dos eixos de escoamento da produção.

Art. 2° - O plano ora instituído deverá ter sua execução efetivada no decorrer dos próximos vinte e cinco (25) anos, mediante prévia escala de prioridades mas com rigorosa observância dos traçados das rotas estabelecidas pelo anexo (fls. 001/056) que passa a integrar a presente lei.

Parágrafo Único - A escala de prioridades mencionada no "caput" deste artigo, será definida pelo Poder Executivo que, em cumprimento ao que determina o artigo 133, § 2°, da Constituição Estadual, obrigatoriamente a incluirá no plano plurianual.

Art. 3° - Os recursos necessários à implementação do RODOPAR correrão à conta das dotações orçamentárias próprias das leis de meios correspondentes ao período previsto no artigo 2° desta lei.

Art. 4° - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados: O projeto de lei que ora apresentamos à apreciação desta egrégia Assembléia Legislativa, é o resultado de um trabalho brilhante e altamente técnico elaborado pelo eminente engenheiro e professor DR. EURICO DACHEUX DE MACEDO, e que demonstra todo o seu imenso cabedal de conhecimentos no que diz respeito às reais necessidades viárias do Estado do Paraná, consubstanciadas em um plano que procura contemplar, de forma inteligente e racional, todas as regiões, interligando-as e integrando-as, formando uma malha rodoviária de primeira ordem, por onde haverá de escoar toda a produção agrícola e industrial do nosso Estado.

É evidente, Senhores Deputados, que este não é um plano imediatista, mas sim uma ambiciosa visão dos CAMINHOS PARA O PARANÁ DO PRÓXIMO MILÊNIO. Serão vinte e oito rotas de transporte que, se implantadas nos próximos vinte e cinco (25) anos, poderão transformar o Paraná tornando-o, talvez, o mais progressista Estado da Nação Brasileira.

No outono do ano de 1990, juntamente

com o professor EURICO DACHEUX DE MACEDO, editamos um livro que apresenta, em detalhes, o plano que ora oferecemos ao Governo do Paraná como uma das mais valiosas contribuições para a construção do futuro de todos os paranaenses. É nossa intenção que o Poder Legislativo, como poder constituído, participe de forma efetiva no desenvolvimento do Estado, propiciando ao Poder Executivo um poderoso instrumento que, independentemente de quaisquer posicionamentos político-partidários, lhe permita praticar uma política rodoviária imune a interesses de grupo.

É oportuno que se transcreva trecho da introdução que escrevemos ao livro antes mencionado:

"Hoje Deputado Estadual, eleito em 1986, tenho o privilégio de oferecer aos paranaenses, junto com meu pai, um plano rodoviário estadual. Livro para informação dos interessados. Lei ou conjunto de leis, para contribuição na construção do futuro.

Plano para ser executado em 25 anos, no limiar do novo milênio, para integrar os transportes do Paraná, de maneira multimodal, unindo os portos de mar, aos portos fluviais das futuras hidrovias e aos entrepostos de carga das ferrovias existentes, e daquelas ainda por construir.

É uma contribuição do engenheiro Deputado, filho de pai professor, aos caminhos do futuro do Paraná.

São 28 rotas, algumas incorporando estradas já existentes e já pavimentadas. Outras, melhorando antigos traçados. Outras, completamente novas. Todas, com o objetivo de desenvolver o território e multiplicar a igualdade de oportunidades entre todos os paranaenses.

Implantadas, elas facilitarão a sonhada civilização rurbana. Evitarão o inchaço das cidades. Permitirão a vida fluir sem obstáculos por todo o nosso território. Multiplicarão a prosperidade e democratizarão os benefícios. Serão testemunho do nosso empenho pelo bem da boa gente do Paraná".

Melhor que nossas palavras é o próprio projeto que ora apresentamos para análise de Vossas Excelências, e que esperamos mereça total acolhida e aprovação por parte desse douto Plenário.

Complementando esta justificativa, peço a especial atenção de Vossas Excelências para os objetivos específicos para cada uma das vinte e oito rotas, os quais por certo esclarecerão quaisquer dúvidas que ainda possam persistir.

PROJETO DE LEI N° 369/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade

Pública o CENTRO COMUNITÁRIO DE OBRAS SOCIAIS DE DOIS VIZINHOS, entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, fundada a 05 de dezembro de 1984 no município de Dois Vizinhos - PR, com sua sede localizada à Rua do Comércio s/n°.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desde a sua fundação, a 5 de dezembro de 1984, o Centro Comunitário de Obras Sociais de Dois Vizinhos vem cumprindo seus objetivos sociais, previstos em seus Estatutos. Tem assistido à famílias carentes, idosos, adolescentes e crianças sem base familiar, possibilitando-lhes melhores princípios de integração à comunidade. Tem desenvolvido cursos variados para orientar as famílias para uma melhor renda alternativa. E todo o seu trabalho vem sendo realizado com poucos recursos - parte originada da contribuição do Governo Municipal, suplementando-o por meio de donativos de entidades privadas e associações e clubes de serviço. Merece, pois, ser reconhecido pela declaração de Utilidade Pública, o que habilitará o Centro a recursos de outras origens, o que se justifica, plenamente, pela efetiva atividade dessa entidade.

PROJETO DE LEI N° 370/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA DE FRANCISCO BELTRÃO, fundada e sediada na cidade de Francisco Beltrão - PR, à Rua União da Vitória, n° 376.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Francisco Beltrão foi fundada, naquele município sudoestino com o objetivo de assistir parturientes, recém-nascidos - quando ainda internados em maternidade ou, depois, quando já em seus locais de moradia.

Surgiu com o objetivo de colaborar estreitamente com o Governo Municipal na difícil tarefa de assistir e orientar primíparas na melhor forma de cuidar do seu filho, assim como às demais mães e seus filhos, quando carentes. O atendimento dessa entidade, no entanto, não ficou cir-

cunscritos às mães que davam a luz pela primeira vez ou às demais (desde que carentes!), mas tem se estendido além delas para famílias inteiras, por meio do incansável e dedicado trabalho de suas OPERÁRIAS - como são chamadas as senhoras da sociedade que a ela dedicam gratuitamente seu tempo.

O reconhecimento de utilidade pública, pois, será uma homenagem à sociedade beltronense que tem nas senhoras associadas à entidade, representantes autênticas da solidariedade que caracteriza o povo beltronense.

PROJETO DE LEI N° 371/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Cristo Vive de Curitiba / PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é feita com base na Lei n° 6994, tendo em vista que a Igreja Evangélica Cristo Vive é cumpridora de todos os quesitos previstos no artigo 1°.

A Igreja foi fundada em 12/07/89 e é possuidora de Personalidade Jurídica, tendo seus registros de Estatuto no RTD do 2° Ofício de Curitiba, sob o n° 5682 do Livro A-4 em 15/08/89.

Possui CGC/MF n° 81.398.687/0001-67, tendo sua sede na Rua Desembargador Otávio do Amaral, 1553, no Bairro Bigorrrilho, nas Mercês, em Curitiba / PR.

Sua diretoria não possui nenhuma forma de benefícios ou remuneração, bem como seus associados.

Suas atividades foram ininterruptas desde sua fundação, seu relatório referente ao último exercício demonstra seus bons serviços e o cumprimento de seus objetivos que são o de promover ações na área social.

Importante salientar o programa de alfabetização de adultos que já é reconhecido pela SEED e desenvolvimento através do Colégio 19 de Dezembro.

PROJETO DE LEI N° 372/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado na cidade de Castro, Pr. o curso de graduação em Medicina Veterinária vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Domingos Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, que abrange a região dos campos gerais, não possui o curso de graduação em medicina veterinária, fato que por si só justifica a criação e instalação do referido curso de graduação em medicina veterinária.

Por que a criação e instalação do curso de graduação em medicina veterinária na cidade de Castro? Porque, a cidade de Castro, cujo município faz divisa com o município de Ponta Grossa, dista da cidade de Ponta Grossa apenas 37 (trinta e sete) quilômetros e são ligadas por uma rodovia de pista duplicada.

Por outro lado, o município de Castro possui uma população de aproximadamente 80.000 habitantes, cuja fonte principal de renda advém da agricultura e a pecuária (Castro é a principal bacia leiteira do Brasil); bem como tem importantes cooperativas atuando no ramo da agroindústria, como por exemplo a Batavo, a Castrolândia e a Cotia e duas escolas agrícolas de segundo grau: o Colégio Cristão e o Colégio Agrícola Olegário de Macedo.

Por fim, além de promover ainda mais o desenvolvimento da região dos campos gerais, a criação e instalação do curso de graduação de medicina veterinária beneficiará a população da região dos campos gerais, cujos filhos que pretendam cursar medicina veterinária tem que se deslocar para outras regiões do Estado.

PROJETO DE LEI N° 373/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Fundo Estadual de Moradia Popular, destinado a financiar a construção de habitações de interesse social, segundo diretrizes desta lei, para atendimento à população de baixa renda.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, considera-se habitações de interesse social aquelas destinadas à camada da população moradora em precárias condições de habitabilidade, como áreas de risco, favelas, habitações coletivas cuja renda não ultrapassa a 10 (dez) salários mínimos vigentes no País.

Art. 2° - Os programas habitacionais de que trata esta lei são entendidos como:

- I - construção de moradias;
- II - execução de lotes urbanizados já dotados de infra-estrutura;
- III - urbanização de favelas;
- IV - intervenção em cortiços ou habitações coletivas;

V - aquisição de material de construção, reforma e recuperação de unidades;

VI - aquisição de imóveis para locação social ou sob a forma de comodato;

VII - construção ou reforma de equipamentos comunitários vinculados a projetos habitacionais;

VIII - regularização fundiária.

Art. 3º - Constituindo recursos do FEMP:

I - dotação orçamentária do Estado;

II - recursos da União;

III - contribuições e doações de pessoas jurídicas de direito público e privado;

IV - contribuições, doações e convênios de financiamentos de organismos internacionais de cooperação;

V - prestações e retornos decorrentes de empréstimos, financiamentos, convênios e outros contratos, conforme política financeira de subsídios do Fundo Estadual de Moradia Popular;

VI - rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VII - parcela (10%) dos recursos advindos dos royalties;

VIII - quaisquer outras rendas eventuais.

§1º - Os recursos previstos neste artigo respeitarão para a sua aplicação, normas a serem estabelecidas pelo Conselho Estadual de Moradia Popular (CEMP).

§2º - Os recursos de que trata este artigo serão direcionados a projetos que tenham como agentes promotores as organizações comunitárias, associações de moradores, cooperativas habitacionais de sindicatos ou populares, cadastrados no CEMP, conforme seus critérios.

Art. 4º - Fica instituído o Conselho Estadual de Moradia Popular CEMP, órgão superior de deliberação colegiada, que terá como membros:

I - 05 (cinco) representantes do movimento popular escolhidos num fórum específico convocado por suas entidades, num prazo de 30 dias a partir da publicação desta lei;

II - 02 (dois) representantes das centrais sindicais de trabalhadores escolhidos num fórum específico convocado por suas entidades;

III - 01 (um) representante do Governo Estadual na área de habitação;

IV - 01 (um) representante do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO;

V - 01 (um) representante do Ministério Público Estadual.

§1º - Os membros do CEMP e seus respectivos suplentes serão nomeados após indicação de seus fóruns pelo Governador, tendo mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

Art. 5º - Compete ao Conselho Estadual

de Moradia Popular:

I - acompanhar, avaliar e aprovar os programas elaborados e implementados pelo Governo Estadual na área de habitação;

II - realizar a gestão econômica e financeira dos recursos, bem como o resultado e desempenho das aplicações realizadas;

III - acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos empreendimentos realizados e em andamento, cabendo-lhes, inclusive, suspender o fluxo de recursos caso constatado irregularidades;

IV - fixar critérios objetivos para distribuição dos recursos para os municípios e sua aplicação;

V - fixar normas e valores de remuneração dos diversos agentes envolvidos na aplicação dos recursos;

VI - determinar a política de subsídios, critérios para retorno de parcela dos investimentos e estabelecer as condições para repasse de recursos e financiamento, não contemplados por esta lei;

VII - fixar critérios para a admissão de agentes promotores e candidatos a financiamentos;

VIII - analisar e aprovar os projetos habitacionais dos agentes promotores;

IX - divulgar amplamente os projetos e recursos do FEMP;

X - elaborar seu regimento interno.

§1º - O CEMP poderá construir equipe de assessoramento técnico bem como requisitar funcionários da administração estadual para consecução de seus objetivos.

§2º - Na aplicação dos recursos do FEMP serão observadas as faixas de renda dos candidatos, observados os seguintes critérios:

a) 70% (setenta por cento) dos recursos serão atribuídos aos candidatos com renda de 0 (zero) a 5 (cinco) salários-mínimos;

b) 30% (trinta por cento) dos recursos serão atribuídos aos candidatos com renda de 5 (cinco) a 10 (dez) salários-mínimos vigentes no país.

§3º - A política de subsídios de que trata o inciso VI deste artigo deve adotar critérios que possibilitem:

a) assegurar que os investimentos realizados tenham retorno para o Fundo;

b) a proporcionalidade entre a renda "per capita" e o subsídio;

c) o subsídio seja concedido à família;

d) isenção de taxas de juros e correção monetária às famílias cuja renda não ultrapasse 5 (cinco) salários-mínimos.

Art. 6º - Compete ao Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, o papel de agente operador dos recursos do FEMP, conforme diretrizes a serem estabelecidas pelo CEMP, nos termos desta lei.

Art. 7º - Os municípios poderão obter

recursos do FEMP para formulação e viabilização de programas ou projetos habitacionais em consonância com as diretrizes do CEMP, desde que constituam Conselhos de Fundos Próprios.

Art. 8º - O CEMP deverá ser instalado no prazo de 45 dias a contar da data de publicação desta lei.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) Ernani Pudell

(a) Ovídio Constantino

(a) Doutor Rosinha

JUSTIFICATIVA:

O problema da falta de moradia é o mais crucial hoje para as camadas da população de baixa renda. Dados do IPARDES provam que "a menor concentração (45%) das pessoas ocupadas no Paraná recebe até 2 salários-mínimos. Os dados apontam também que a participação em domicílios aumenta entre as famílias com renda superior a 5 salários-mínimos. Considerando-se aqui não apenas propriedades, mas domicílios alugados e/ou cedidos". O mesmo estudo do IPARDES aponta um déficit habitacional de 65 mil unidades para abrigar 260 mil pessoas que não têm onde morar ou moram em barracos.

"Essas necessidades se ampliam significativamente se se considera a "propriedade" da habitação como uma condição importante e essencial para garantir um nível mínimo de segurança social às famílias. Essa questão reveste-se de importância dada a situação de vulnerabilidade financeira a que estão sujeitas as famílias, em função do caráter instável da economia brasileira".

"As necessidades habitacionais, considerando-se as famílias que residem em domicílios alugados ou cedidos e cuja renda não ultrapassa 5 salários mínimos, elevam-se para 560 mil, das quais 60% nas áreas urbanas. Metade destas famílias possuem rendimentos mensais de até 2 salários mínimos".

Mais impressionante ainda é constatar que apesar de toda essa situação os gastos governamentais na área social diminuíram no decorrer da década.

O mesmo estudo do IPARDES publicado no "Análise de Conjuntura" de março de 91 diz o seguinte: "No início da década observase que os gastos realizados na área social e institucional (funções legislativa, judiciária, administração, planejamento e comunicação) representam, respectivamente, 38% e 41% do total estadual, enquanto a área econômica apresenta uma participação próxima a 21%.

A partir de 87, a proporção representada pelos gastos sociais começa a decli-

nar atingindo, em 1989, 29% do total, ao mesmo tempo em que se acentua uma deterioração dos serviços de caráter social. Nesse mesmo período, os gastos institucionais elevam-se, representando em 1989, 55% do total, enquanto os econômicos reduzem-se à 16%".

PROJETO DE LEI Nº 374/91
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AHU CABRAL", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.08.91.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que aqui se pretende seja declarada de Utilidade Pública é de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico e assistencial.

Entre muitas de suas finalidades, podemos destacar o de congregar os moradores do referido bairro, estimulando, assim, o espírito de solidariedade no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade, através da manutenção de serviços assistenciais e cooperativos e de trabalho de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

Assim sendo, pelo justo caráter moldado no presente projeto de lei, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares.

Finda a leitura do expediente.

A Sessão de hoje destina-se a requerimento aprovado em 14.08.91, da Deputada Emília Belinati e será integralmente destinada à Palestra do Excelentíssimo Doutor José Roberto Batochio, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção SP, que falará sobre pena de morte.

Convido os Deputados: Orlando Pessuti, Emília Belinati e Antônio Toti Colaço para introduzirem o nosso conferencista até a Mesa, e mais o Dr. Chamin Guimarães, Procurador da Justiça do Paraná.

Concedo a palavra a Sra. Deputada Emília Belinati para saudar o nosso conferencista José Roberto Batochio.

A SR.^a EMÍLIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais autoridades que compõem a Mesa, prezados amigos que vieram nesta tarde para ouvir a palestra.

(L2)

A Assembleia Legislativa do Paraná

sente-se honrada em receber nesta tarde o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Seccional de São Paulo, Dr. José Roberto Batochio.

Advogado criminal em São Paulo, ex-Conselheiro da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, membro da comissão de estudos sobre o código penal e do processo penal da Associação dos Advogados de São Paulo, Dr. Batochio aqui vem para tratar pena de morte, que deve ser motivo de reflexão para todos nós.

A palestra do Dr. Batochio acontece neste 26 de agosto, para lembrar que no ano de 1855, em Macaé, Estado do Rio, foi executado o fazendeiro Manuel da Mota Coqueiro, acusado de chacinar uma família de colonos. Só 22 anos depois dele ser enforcado a polícia descobriu os verdadeiros culpados.

Em memória deste fragoroso erro judicial aproveitamos para trazer aqui a palavra abalizada do Presidente da OAB-SP, que também se preocupa com a possibilidade de nova aprovação da pena de morte no Brasil, como é idéia fixa do Deputado Federal Amaral Neto.

Acreditamos que o Dr. Batochio traz uma contribuição importante na luta que travamos para conscientizar a comunidade paranaense que a pena de morte não é solução para os problemas de violência. Nesta campanha contamos com o apoio da Assembleia Legislativa e especialmente da OAB-PR, através do seu Presidente, Dr. Mansur Theóphilo Mansur, a quem agradecemos e prestamos a nossa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Dr. José Roberto Batochio.

O SR. DR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - Exmo. Sr. Dr. Anibal Khury, mui digno e operoso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, este Estado tão progressista e hospitaleiro, em que se depositam as esperanças de desenvolvimento, paz social e progresso do nosso País.

Homenageio e saúdo na pessoa de V.Exa., os nobres Deputados que compõem a direção da Mesa, e a todos os cúbitos e operosos Parlamentares que nesta Casa elaboram leis em prol da paz social do aperfeiçoamento e da justiça social no Estado do Paraná.

Eminente Dr. Luiz Chemim Guimarães, procurador da Justiça do Estado do Paraná, a quem também saúdo nesta oportunidade, referindo-me na pessoa de V.Exa. ao Poder Judiciário e a todos quantos cooperam na tarefa estatal da entrega da prestação jurisdicional, como mecanismo instrumento da convivência pacífica e do aperfeiçoamento individual e social dos homens. Ilustre,

combativo, culto e operoso advogado Dr. Mansur Theóphilo Mansur, meu amigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, que tão bem tem representado a cultura jurídica, as letras e o avançado estágio intelectual deste trabalhador, povo do Estado do Paraná; minhas senhoras e meus senhores.

Honra-me, efetiva e genuinamente a possibilidade de comparecer a esta formosa Capital do Estado do Paraná, Curitiba, cidade modelo para trazer modestas idéias acerca do maior retrocesso que se pretende instituir na legislação penal do nosso Brasil.

Agradeço o privilégio que me é concedido por esta Casa, através de requerimento da eminente Deputada Emília Belinati, que também cumprindo o dever cívico e comprometida com o humanismo que orienta a ação dos homens civilizados, tem sido nesta Casa e neste Estado, ardorosa defensora da campanha cívica que se alastra por todo o País, contra este mergulho na época mais escura da vida da sociedade humana, que é a aplicação da pena de morte. Agradeço a V.Exa., Deputada, a oportunidade e o privilégio que me concede, neste instante, de trazer estas modestas considerações acerca de tão fundamental tema, que diz respeito aos foros da nossa civilização e ao aperfeiçoamento da nossa legislação penal.

Minhas senhoras e meus senhores: para falar da pena de morte é obrigatória uma incursão na criminogênese, nos fatores sociais, psicológicos e morais que determinam a prática de condutas delituosas no seio da sociedade.

Há uma tendência, moderna, gerada pela desinformação dos leigos, segundo a qual o crime é praticado por seres absolutamente diversos de nós outros, cidadãos prestantes, honestos, e que são úteis à sociedade em que vivem.

Quem seriam, afinal de contas, nobres Deputados, minhas senhoras e meus senhores; aqueles que cometem crimes e principalmente aqueles e cometem delitos violentos entre nós? Seriam pessoas absolutamente diversas do comum dos homens? Seriam pessoas que não pertencem ao agrupamento social do qual nós fazemos parte? Seriam, em suma, nobres Deputados, seres extraterrestres que nós trouxemos de alguma outra galáxia? Seriam personalidades deformadas, que de humano pouco teriam e que não poderiam ser considerados como personalidades morais e adaptadas à vida que vivemos, neste século, neste momento histórico e neste espaço geográfico?

Não, senhores Deputados. Os que cometem crimes são homens que são produto da nossa sociedade. Não quero colocar, aqui, uma afirmação absolutamente sectária e radical, segundo a qual a criminalidade é

produto exclusivo da miséria e que existe uma correlação fatal entre a pobreza e a criminalidade.

Tenho a impressão de que seria um exagero rematado afirmar que toda a criminalidade decorre exclusivamente da miséria, das profundas injustiças sociais, das insuportáveis desigualdades que vivenciamos, numa sociedade, que aprendeu a ser capitalista e que se esqueceu da visão social, segundo a qual a todos tem que assegurar um mínimo indispensável a uma sobrevivência digna.

Não é só daí, seguramente, que emerge a criminalidade. Mas ela se origina daí. Indiscutível e indistigavelmente, num elevado percentual. Eu diria que numa sociedade de 3º mundo como essa em que vivemos, a criminalidade decorrente da miséria, da desnutrição, da injustiça social, de uma vergonhosa desigualdade na distribuição de renda, ascende ao percentual de 95% dos delitos violentos que acontecem na nossa sociedade.

Não é o que se passa na Suécia ou na social-democracia de França, ou na sociedade sueca onde todos têm assegurada: nutrição básica, educação fundamental e superior, em suma, o essencial e o indispensável para uma vida digna, porque lá a criminalidade tem uma outra origem. Mas, fiquemos entre nós, onde 95% dos crimes são de natureza patrimonial, visam alcançar bens e vantagens materiais e os outros 5%, Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, pertencem a duas outras categorias de cidadãos que infringem o mínimo ético através da violação das normas penais.

Se a primeira categoria onde se depositam os 95% da criminalidade, se reportam, a pessoas do estamento social mais baixo, mais inferior, da camada econômica mais inferior da sociedade, eu posso assegurar aos senhores, com base numa experiência de vida de 25 anos de advocacia criminal, que os outros 5% da criminalidade, sobretudo da criminalidade violenta, se assentam básica e fundamentalmente, na psicopatologia, nas deformidades e nas nosologias de ordem interna, nos desvios psíquicos, nas anomalias neuropsíquicas portadas pelos cidadãos, e, pelo "status" social, consubstanciado pelo homem honesto que nunca delinuiu e em que, o delito, se mostra e se exhibe como um fato isolado numa vida inteira vivida na honestidade. Em resumo eu poderia assegurar aos senhores que cometem crime na nossa sociedade: 95% daqueles que não conheceram a estrutura familiar, que não tiveram pai, que não tiveram mãe, que não aprenderam as primeiras letras, que não receberam nutrição cerebral adequada. São os microcéfalos das periferias das grandes concentrações urba-

nas, que não vacilam, por exemplo, em atirar contra um pai de família porque não sabem o que seja pai de família porque nunca teve um pai no interior do seu próprio lar; 5% dos delitos são cometidos pelo cidadão que trabalhou durante 30 anos na empresa, nunca cometeu um delito civil e envolvido por circunstâncias pessoais, especialíssimas, peculiaríssimas e teve um escorregão na vida, este normalmente não comete crimes violentos apenas uma apropriação indébita, o caixa bancário que durante 20 anos foi honesto e num momento de doença ou de uma dívida ou de um problema familiar lançou mão do dinheiro que não era seu. E, finalmente, os portadores de psicopatologias, estes são, ordinariamente, os autores dos crimes mais violentos, daqueles que provocam em nós o maior contingente de repulsa são os assassinatos, com multiplicidade de golpes, são os crimes que repugnam pelo grau de violência com que são perpetrados, são os estupros incompreensíveis de que são vítimas: crianças que mal aprenderam a pronunciar as primeiras palavras, que mal ensaiaram os primeiros passos. Em suma, são delitos estes os praticados pelos portadores de anomalias psíquicas os que mais nos revoltam e os que mais nos causam indignação.

Não preconizo, Srs. Deputados, e nenhum homem de formação jurídica pode preconizar, para qualquer uma destas três categorias que cometem crime na nossa sociedade, a impunidade. A impunidade desorganizada, enfraquece a ordem jurídica, destrói a democracia e solapa os pilares fundamentais de nossa sociedade livre.

Todo o crime tem que ser reprimido. Todo o crime tem que ser apenado. Não se iludam os Senhores quando se ouve falar que as entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos preconizam e propõem a impunidade indiscriminada porque isto não é verdade. Isto não é realidade.

Temos, repito, que punir os delitos, porque sem punição e sem justiça não sobrevive a sociedade. Porém, Srs. Deputados, é preciso distinguir as coisas. Não podemos embarcar na onda emocional causada pela onda de criminalidade que nos indigna e nos revolta, a ponto de, incorrendo em erros, buscarmos uma solução mentirosa, falsa, retrógrada, reacionária e que representa um mergulho nas trevas da Idade Média, quando os homens não viajavam em formidáveis aeronaves, ou naves espaciais, desconheciam a cibernética, mas montavam cavalos com indumentárias rígidas e portavam escudos e compridas lanças nas batalhas que travavam. Não podemos voltar a este tempo em nível de ciência jurídico-penal.

Dentre as três categorias de pessoas a que me referi que potencialmente são capa-

zes de cometer delitos, para qual delas Vossas Excelências proporiam a pena de morte? Vossas Excelências entenderiam que a pena de morte se oferece como mecanismo adequado para corrigir o erro do homem honesto, que viveu sempre honestamente e que um dia, esporádica e ocasionalmente, cometeu um deslize? Há alguém que possa propor isto?

Vossas Excelências proporiam a pena de morte para os meninos de dez anos atrás, a quem não demos nutrição, para quem não demos condições de educação, para quem não demos as menores condições de sobrevivência digna e para quem não ensinamos nenhuma lei que não fosse a lei da sobrevivência e que tiveram que optar, quando alcançaram a maioridade penal, num dilema cruel, entre a mendicância e a criminalidade? Se são eles produto exclusivo da nossa própria omissão, genuína resultante do nosso sistema social injusto?

Ou proporíamos a pena capital para os portadores de psicopatias, para os doentes mentais que praticam graves e horrendos delitos porque não têm a consciência do mundo em que vivem, ou não estão sintonizados com a axiologia da sua história, com a escala de padrões, ou com a escalada de valores do seu tempo?

Houve quem propusesse isto num determinado momento histórico. Houve alguém que propôs que deveríamos ter uma pena de morte para eliminarmos da sociedade os cidadãos portadores de defeitos psíquicos e físicos, os cidadãos que não fossem altos ou loiros, ou que não tivessem olhos azuis, ou que não pertencessem à estirpe ariana. Este homem fundou um absurdo histórico que se chamou o "Terceiro Reich" e o seu nome era Adolph Hitler. Ele propunha uma eugenia social, ou seja uma sociedade composta só de cidadãos de alto nível cultural, de alto quociente de inteligência, de grandes qualidades genéticas com a eliminação sumária numa espécie de limpeza social de todos cidadãos que não fossem julgados úteis, inteligentes, prestantes ou adaptados à filosofia do *Deütschland Über Alles*. Por incrível que pareça nós temos na nossa sociedade quem hoje propõe uma heugenia de modo a eliminar todo sub produto desta sociedade injusta como forma de defesa social. Há um grande engano aí, nobres Deputados, é claro que temos que ter penas para coibir delitos. A pena é um instrumento de defesa social, nós temos que defender a sociedade das três categorias dos que cometem crimes, nós temos que defender a sociedade dos que são portadores de psicopatologia. Admito até que nós tenhamos que segregá-los por longos períodos para que eles não voltem a cometer crimes que ofendem a inocentes vítimas, estamos de acordo com isso, o que não

podemos aceitar é que se proponha a sua eliminação física numa espécie de homicídio estatizado, ou numa espécie de assassinato legal, num sofisma em que se pretende combater com a delinquência imitando o delinquente. Num sofisma jurídico científico segundo o qual para combater a violência da criminalidade o Estado assume a criminalidade e perpetra a violência contra o ser humano.

Meus amigos, a finalidade dos que preconizam a pena de morte se desdobra numa dicotomia repugnante. Primeiro braço, vamos aproveitar a indignação que todos os eleitores sentem contra os crimes violentos e vamos capitalizar, vamos catalizar, vamos galvanizar a opinião destes que sentem indignação com uma proposta demagógica, não científica que não atende aos interesses do grau de civilização atingido pela nossa sociedade; segundo braço, vamos com a aplicação da pena de morte resolver o problema da criminalidade no Brasil, como se nós em adotando a pena capital decretássemos ou resolvessemos o problema da criminalidade que acompanha o homem desde os primórdios da civilização através de decreto. Um simples decreto, ou uma simples lei promulgando a pena de morte estaria resolvendo como que num passe de mágica o problema da violência na nossa sociedade. Depois do dispositivo legal que instituísse a pena de morte no Brasil como que por encanto desapareceriam os roubos, as extorções mediante seqüestros, os estupro, os assassinatos e nós teríamos banido da sociedade num verdadeiro anátema expulso do estamento social qualquer manifestação de criminalidade. Quem de bom senso pode acreditar nisso, Srs. Deputados, já se tentou resolver no Brasil muitos problemas através de decretos, inclusive o grave problema da nossa inflação crônica, e já se viu que os fatos podem mudar as leis, mas leis jamais mudam os fatos.

Examinemos sob o ponto de vista exclusivamente científico se tem alguma razão aqueles que afirmam que para combater o crime, somente a pena de morte no nosso País.

Trago aos Senhores alguns exemplo concretos, experiências vividas por outros países mais avançados que nós.

Na França, a guilhotina foi aposentada há dez anos. Não houve nenhum aumento da criminalidade violenta após a eliminação da pena de morte na França.

Na Inglaterra há mais de duas décadas, o enforcamento foi abolido. Não houve nenhum aumento de criminalidade violenta após a abolição da pena de morte na Inglaterra.

Em contrapartida, nos Estados Unidos da América do Norte, os sociólogos denomi-

nam de "The most criminal country in the world" - o país de maior criminalidade do mundo. Qual foi o efeito derivado da aplicação da pena de morte da grande nação americana? Nos estados da Luisiana, Texas e Flórida, que são os três estados que mais aplicam a pena de morte nos Estados Unidos, a criminalidade violenta aumentou e em níveis assustadores.

Quem dos senhores tiver contato com a cidade de Miami, na Flórida, nos Estados Unidos, sabe do que estou falando. Da criminalidade que se testemunha em cada rua, em cada canto e em cada esquina, na medida em que se afasta do centro da cidade, na medida em que se alonga do down-town de Miami. Se nós fizermos uma análise crítica e estatística da resultante implementação da pena de morte, diminuição da criminalidade ou abolição da pena de morte, aumento da criminalidade, vamos verificar que não existe nenhuma correlação direta.

Os senhores me perguntariam, mas é estranho porque todo homem é portador do instinto de sobrevivência e a rigor a pena de morte a todos deveria intimidar.

Nobres Srs. Deputados, quem comete crimes violentos, ordinariamente é portador de psicopatologia. E quem é portador de psicopatologia não entende por nenhuma forma a mensagem de intimidação legal como medida de prevenção geral adotada na lei.

Trago aos senhores a palavra de alguém que vivenciou esta experiência. Reporto-me a Karil Chesmann, condenado à morte no Presídio de San Quenting, na Califórnia, que estudou na prisão, que se formou na prisão, que se defendeu procurando, buscando desesperadamente evitar a sua eliminação física, esforço afinal inútil, porque acabou sendo executado.

Disse Karil Chesmann sobre o medo que a pena de morte pode ocasionar num potencial delinqüente a ponto de impedi-lo a cometer o crime. As palavras dele, de quem foi condenado à morte e de quem foi morto pelo estado americano.

"Assisti mais de quarenta companheiros darem seus últimos passos em frente à minha cela no corredor da morte, dirigindo-se à Câmara de Gás. Em nenhum deles encontrei um que tivesse pensado nas consequências previstas na lei para o crime pelo qual foram condenados todos." É claro que não há a possibilidade desse tipo de delinqüente potencial, abrir o código penal, examinar qual a pena que lhe vai ser aplicada e depois refletir a respeito de praticar ou não a conduta.

Em primeiro lugar, no Brasil é preciso ver se a pessoa sabe ler, se é alfabetizada para ler o que vem escrito no Código Penal. Em segundo lugar, é necessário que nós consideremos que não se trata efetivamente de objeto de cogitação por parte do

sujeito ativo ou do agente que está presentes a desencadear uma ação dessa natureza.

Sob o ponto de vista rigorosamente científico, Srs. Deputados, não se enganem, a pena de morte não é eficaz como fator de inibição da criminalidade.

Mostrei os exemplos estatísticos aos senhores. Mostrei o exemplo da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos.

Consideremos agora, sob o ponto de vista ético ou filosófico: como justificar a adoção do assassinato oficializado em nosso país como forma de tratar a criminalidade? Sabemos que a finalidade do castigo penal não é a vingança social. Aliás, o conceito de vingança nunca se mesclou com o conceito de justiça. Justiça, justiça. Vingança, vingança.

As sociedades primitivas se utilizavam basicamente do conceito de vingança para responder o mal do crime. Era a lei de Talião. Dente por dente, olho por olho, pé por pé, mão por mão, numa espécie de retribuição pura e exclusiva do mal cometido pelo mal oficial. Nós evoluímos desses conceitos próprios, de uma época em que a sociedade era absolutamente ignorante e vivia nas trevas do desconhecimento.

Modernamente, a pena tem um duplo sentido sob o ângulo ético moral e sob o ângulo ético jurídico. A pena é um mecanismo de defesa social, mas é também um instrumento utilizado pelo Estado, na esperança de readaptar o homem que cometeu um crime à convivência social.

A sociedade está interessada em buscar os seus filhos desajustados, desajustados pelas desigualdades que ela própria criou, ou desajustados por um processo de doença psicológica ou desajustados por uma circunstância que é um episódio isolado na vida de um homem honesto e trazê-lo de volta à sociedade como cidadão útil e prestante.

É que na verdade, nobres Deputados, a vida de um ser humano, ao contrário do que muitos julgam, não é apenas de sua titularidade, dele, ser humano, mas é um bem jurídico valiosíssimo, talvez o mais valioso de todos os capitais sociais, a vida humana, cuja titularidade também pertence ao grupo social.

É como a liberdade, Srs. Deputados, muitas vezes o papel dos advogados que defendem pessoas que cometeram crimes não é muito bem compreendido pela sociedade. A sociedade pensa: por que é que esse advogado defende alguém que cometeu um ato tão reprovável? Sabem por quê, Srs. Deputados? Porque a liberdade não pertence só àqueles que cometeram o crime. A liberdade de um pertence a toda a sociedade, porque se um dos senhores aqui houvesse que de tão vil desejasse ser escravo, abandonando seu direito de liberdade, a sociedade não daria

a esse um o direito de renunciar ao seu direito de liberdade, porque o direito de liberdade pertence ao homem diretamente e pertence a toda sociedade indiretamente.

Da mesma forma a vida de um cidadão pertence a ele imediatamente, mas pertence a toda a sociedade mediatamente, que dele não pode dispor.

Aliás, o direito à vida é um bem que nasceu com o homem, enquanto o homem não vivia em sociedade organizada. O direito à vida pré-existe à sociedade organizada, ao Estado, que dele não pode dispor.

Como nós poderíamos, Srs. Deputados, sem nenhuma finalidade prática, porque isto não resolve o problema da criminalidade. A criminalidade nasceu com a sociedade e vai morrer com a sociedade, porque ela é inseparável do homem. Esta é uma desastrosa vocação que anda à ilhargia de todo agrupamento humano, anda ao lado de toda a sociedade em todos os tempos, em todas as épocas, em todos os momentos históricos: Ubi, homine, ibi criminalitas. Onde estiver o homem, aí estará a criminalidade.

Nós precisamos tratar disso cientificamente. Temos que aprender a conviver com as virtudes e com os vícios que a sociedade traz em seu bojo. É claro, eu repito, que nós precisamos nos defender, temos que nos defender de maneira civilizada, temos que nos defender de maneira científica, temos que isolar os que são perigosos, temos que tratá-los na esperança de que um dia eles possam retornar ao convívio social, curados da moléstia que os acomete e que os empurra para a criminalidade, seja ela de natureza psíquica, seja ela de natureza social.

Em suma, Srs. Deputados, faço uma proposição neste 26 de agosto: quando se celebra ou mesmo quando se lamenta o assassinato por enforcamento de um inocente, de um inocente brasileiro Manoel da Mota Coqueiro, enforcado por um erro judiciário em 1855, e que no momento em que discutimos a vergonhosa possibilidade de se implementar no nosso País, nesse País abençoado que nasceu sob o signo da liberdade e do humanismo, quando se cogita de aqui se instalar esse sistema de eliminação física dos homens por parte do Estado, é preciso que se dê um brado de alerta, é preciso que nesta iniciativa da Deputada Emília Belinati, também no Paraná, este Estado de tão grandes e tão caras tradições libertárias, um grito de advertência para todo o povo paranaense, no sentido de que demagogos poderão explorar a revolta do povo propondo a implementação da pena de morte para fins eleitoreiros, é preciso avisar ao povo do Paraná que a implementação da pena de morte não reduz e não inibe a criminalidade como um decreto também não acabou com a inflação neste país. Por

decreto não se acaba com criminalidade. É preciso que se advirta o povo do Paraná que não podemos cobrir o nosso Brasil com esta vergonha, com este retrocesso, com esta volta ao passado de matarmos homens a pretexto de sanarmos a sociedade. Não podemos imitar os bandidos praticando a violência que eles perpetraram na rua em nome da sociedade civilizada.

Em suma, Sr. Presidente, e além do mais, a Emenda Constitucional que pretende abolir o direito individual à vida, é, sob o ponto de vista jurídico, inconstitucional. Está no artigo 60 da Carta Política que "nenhuma Emenda tendente a abolir ou suprimir direitos ou franquias individuais capitulados no Art. 5º da Constituição Federal, pode ser objeto de discussão no Congresso Nacional."

Em suma, equívoca sob o ponto de vista científico, equívoca sob o ponto de vista ético, equívoca sob o ponto de vista moral e equívoca como medida humanitária a pena de morte é um grande erro e uma grande vergonha com a qual não podemos nos compadecer.

É importante, Sr. Presidente, que matemos o criminoso no homem, e não o homem que um dia poderá hospedar o delinquente.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que desejarem fazer perguntas ao nosso conferencista, estejam à vontade.

Agradecemos a presença do ilustre advogado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. José Roberto Batochio.

Suspendo a sessão por alguns minutos, para que os Srs. Deputados possam cumprimentar Sua Excelência o Dr. José Roberto Batochio, nosso ilustre conferencista.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante do expediente, comunicando que o pedido de informações sobre aspectos administrativos e aquisição de materiais, encontra-se em fase de detalhamento pelo Grupo de Planejamento e Controle, necessitando de mais dez dias para elaboração de uma resposta. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 268/91, de autoria do Deputado LOURENÇO FREGONESE, que declara de Utilidade Pública o "Centro Paranaquense de Curitiba". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Reestruturação Social da Vítima de Crime", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 53/91, que concede, a partir de 01.08.91, abono provisório no valor da diferença entre o vencimento inicial da Classe A, Nível de Vencimento I, e o vencimento inicial da Classe C, Nível de Vencimento III, do quadro próprio do Magistério, ativo e inativo, aos Professores de 1º e 2º graus, da Rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 11.04.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 288/91

P A R E C E R:

Ao Projeto de Lei nº 288/91 - Concede, a partir de 01.08.91, abono provisório aos professores de 1º e 2º graus da Rede Estadual de Ensino.

De iniciativa do Senhor Governador do Estado, encaminhado a este Legislativo por intermédio da Mensagem nº 53/91, o Projeto de Lei nº 288/91 dispõe sobre a concessão, aos professores da Rede Estadual de Ensino, de abono provisório mensal no valor da diferença entre o vencimento inicial da Classe A, Nível de Vencimento I e o vencimento inicial da Classe C, Nível de Vencimento III, do Quadro Próprio do Magistério, proporcionalmente à carga horária de 20 horas/aula, pagável a partir de 1º de agosto de 1991.

Sob o aspecto jurídico, a propositura é consentânea com o disposto no artigo 66, I da Constituição do Estado, que reserva à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre aumento da remuneração dos servidores da administração direta.

Concluímos, destarte, pela constitucionalidade da matéria. Entretanto, a propositura não estabelece prazo para pagamento do abono proposto, jogando à vontade do Senhor Governador do Estado a definição de sua vigência. Buscando suprir esta lacuna, oferecemos ao duto Plenário, emenda aditiva propondo a inclusão do seguinte artigo ao Projeto de Lei:

"Art. - O abono previsto nesta lei somente deixará de ser pago a partir da reposição integral da defasagem salarial dos professores da Rede Estadual de Ensino, calculado com base nos índices oficiais."

Adotada a emenda retro, manifestamos nosso PARECER FAVORÁVEL à apreciação do Projeto de Lei nº 288/91 pelo duto Plenário, não sem antes ressaltar que trata-se de mero paliativo, posto que o conjunto dos servidores públicos do Paraná - e dentre eles, os professores - pleiteiam o reajuste salarial que lhes é devido não só por força da defasagem salarial existente, mas também da data-base anteriormente prevista para janeiro, transferida depois para junho e, agora, ignorada pelo Governo do Estado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

O plano de lei em tela, de iniciativa do Senhor Governador do Estado, oriundo da Mensagem nº 53/91, objetiva conceder, aos professores da Rede Estadual de Ensino, abono mensal provisório de valor correspondente a diferença entre o vencimento inicial da Classe A, Nível de Vencimento I e o vencimento inicial da Classe C, Nível de Vencimento III do Quadro do Magistério, proporcionalmente à carga horária de 20 horas/aula, retroativo a 1º de agosto de 1991.

Nada obsta, no seu teor, o integral acolhimento do projeto e a sua regular tramitação legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 040/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que altera a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações da área proposta para compor o município de Flor da Serra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/91

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do Deputado João Arruda, visa alterar a redação do memorial descritivo dos limites e confrontações do área proposta para compor o município de FLOR DA SERRA.

As modificações consubstanciadas neste, visam sanar falha existente, a qual dificulta o IBGE quanto ao fechar a área estabelecida anteriormente, não conseguindo, assim, este Instituto estabelecer o número correto de habitantes previsto em lei para criação de municípios.

Analisando o mesmo, nada encontramos que se oponha a aprovação do referido Projeto de Resolução.

Assim sendo, opinamos FAVORAVELMENTE pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

Sobre a mesa, requerimento de nº 2061, de autoria do Senhor Deputado Anibal

Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2062, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2080, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados, À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2078, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2086, 2087, 2088, 2085, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2063, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2065, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2058, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2066, 2067, 2068, 2069, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2079, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2070, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2091, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão, para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2080-A, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2034, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem): Senhor Presidente, apenas em atendimento à solicitação de alguns Parlamentares, a Bancada do PT, autora do requerimento, postula a formação de uma Comissão Especial para verificar "in loco" a situação das ocupações ocorridas no Paraná, recentemente, em especial a ocorrida no município de Campo Bonito, porque nos parece até este momento que há até uma certa inanição dos órgãos governamentais encarregados desta questão, e nós queremos fazer uma visita e levantar a situação.

E cometemos o equívoco de indicar dois Parlamentares da nossa Bancada e mais um representante de cada Partido. Então, neste sentido nós retificamos o requerimento, Senhor Presidente, para que conste apenas um representante de cada Partido. Suprimindo os dois Deputados indicados pela Bancada do PT, ou seja, ficando apenas um do PT e um Representante de cada Bancada nesta Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI: Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Para encaminhar, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI: Senhor Presidente, Senhores Deputados, por mais boa vontade que possamos ter na condução, no encaminhamento das propostas que chegam a esta Casa, nós em hipótese alguma e em momento algum, poderemos desconsiderar algumas normas que disciplinam o funcionamento desta Assembléia e o funcionamento deste Plenário.

O artigo 35 do Regimento Interno diz que o requerimento deve ser escrito com a indicação do assunto, número de membros e prazo de duração. É preciso atender ao Princípio de Proporcionalidade, isso está estabelecido no § 1º do art. 62 da Constituição do Estado do Paraná que foi votado por esta Assembléia Legislativa.

Portanto, Sr. Presidente, nós que já havíamos nos manifestado de forma contrária à proposta da Bancada do PT visto que o requerimento de Comissão Especial pela maneira como estava colocado antes da Questão de Ordem do Deputado Ernani Pudell, estabelecia que o PT teria três Deputados participando da Comissão porque era um de cada Bancada e mais os Deputados Ernani e Ovídio. Um de cada Bancada Dr. Rosinha e mais o Ernani e o Ovídio, três

Deputados do PT e um apenas de outro partido. Mas nós não poderemos recomendar aos nossos Parlamentares e em especial aqueles que estão sob a coordenação da nossa Liderança que aprovelem este requerimento, mesmo com a alteração proposta pelo Deputado Ernani Pudell, de que seja um Deputado por partido porque não encontra também essa proposta respaldo no Requerimento Interno e na Constituição do Estado.

Nós entendemos, e já conversamos com o Deputado Toti Colaço, que é presidente da Comissão de Terras a quem cabe, no nosso entendimento, cuidar deste assunto que está sendo proposto de ser cuidado por uma Comissão Especial. Então nós já conversamos com o Deputado Toti, o mesmo se dispõe a desenvolver o trabalho que está sendo proposto pela Bancada do PT e mais do que isso, o Deputado Toti já se dispõe e irá convidar para que participe deste trabalho da Comissão de Terras, irá convidar os Deputados de partidos que não integram: PL, PSB e PT para que participem desse trabalho que a Comissão irá desenvolver a pedido da Bancada do PT através desse requerimento.

Mas o requerimento da maneira que foi posto à Mesa e mesmo posteriormente alterado pelo Líder do PT, não pode ser por nós aprovado neste momento, porque não encontra respaldo na Constituição e nem no Regimento Interno da Casa.

Nesse sentido votaremos contra o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

É lamentável a atitude da Bancada, não diria da Bancada mas especificamente do Líder do Governo, tentando desvirtuar uma iniciativa de fundamental importância que o Poder Legislativo do Paraná adota em não se omitir da grave e delicada questão fundiária do Estado do Paraná. E, no nosso entendimento, a tentativa de argumentar a ausência de proporcionalidade e etc, ela não convence ninguém. Primeiro porque nós não tivemos o espírito de formar Comissão com grupos ou partidos majoritários, não foi esse o objetivo, o objetivo desta Comissão diz respeito a conhecer um fato concreto, que a Assembléia Legislativa do Paraná tome conhecimento da realidade concreta de uma ocupação de terras no Estado do Paraná que corre o risco de se transformar num conflito muito grave colocando em risco a vida de trabalhadores, de mulheres, de crianças, de policiais militares.

O que nós pretendemos exatamente com esta Comissão é evitar que a solução do problema da reforma agrária no Estado do Paraná descaiba para a violência.

Agora nos permita, com todo respeito ao ilustre representante da Comissão de

Terras na Assembléia, mas nós tomamos a iniciativa. Eu acho que caberia já, o Paraná assistiu dois conflitos graves envolvendo policiais, e ninguém tomou a iniciativa. O objetivo da Comissão Especial é verificar um fato concreto e a partir desse fato concreto ter uma dimensão do que ocorre na realidade no Estado do Paraná na questão agrária. Então nós entendemos que a nossa retificação do requerimento, atende ao espírito de garantir que todos os partidos na Assembléia tenham a sua representação nessa Comissão. E mais do que isso, nós não esperávamos que houvesse tanto interesse por essa Comissão.

O que buscamos nesse sentido é que, principalmente, que de uma forma urgente a Assembléia forme esta Comissão, que nós possamos urgentemente fazer uma visita ao local onde se deu o mais recente conflito de terra no Paraná e de uma forma urgente a Assembléia deste Estado, como Poder, comece a pressionar os órgãos governamentais para que tomem as providências que são inerentes à sua responsabilidade. Que se evite com isto que a questão da terra se transforme numa questão de violência, como tínhamos visto. De um lado o Governo Federal absolutamente imóvel, não promoveu nenhum assentamento no Estado do Paraná. Aliás, deixou prescrever, todos os decretos de desapropriação que tínhamos aqui no Estado estão prescritos, o Governo não tem a mínima vontade política de realizar a reforma agrária com paz e justiça.

O que ocorre é que de um lado estamos vendo o movimento dos trabalhadores rurais sem terras, num ato de desespero e cansados de esperar pelas ações concretas que nunca vêm do Governo Federal, acabam por ocupar áreas improdutivas no Estado e, de outro lado, os fazendeiros, os proprietários de terras sentindo-se inseguros pela forma como está sendo conduzida a questão da reforma agrária no Estado do Paraná, acabe constituindo grupos armados, milícias, tentando resistir às próprias forças, as ocupações ocorridas.

Mais do que isto, tem ficado ao Governo do Paraná, que não tem competência de fazer a reforma agrária, o papel sujo de enviar os policiais militares para entrarem em conflito com trabalhadores rurais sem terras.

Até estranho, Sr. Presidente, que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores estamos até de uma certa forma, e politicamente, prestando um grande serviço a este Governo do Paraná, mostrando o caminho pelo qual ele se deve conduzir na questão da terra. Estranhamos muito que agora o Líder do Governo coloque este tipo de obstáculo, o qual só posso admitir e reconhecer que se trata de uma forma de evitar que a nossa bancada, que teve a iniciativa

de mobilizar este Poder Legislativo para mostrar que não seremos omissos com relação a violência que ocorre no Estado do Paraná, que este Poder não seja omissor e que se pronuncie sobre a falta de ações concretas por parte do Governo Federal, a menos que a bancada do Governo tenha este espírito de retirar, com estas desculpas, perdoa-me o nobre Líder, esfarrapadas, esteja querendo retirar o nosso poder de iniciativa.

Tenho até certeza, Sr. Presidente, que se estivéssemos propondo aqui uma comissão para visitar fazendas de banqueiros, com visitas em cassinos, com festas e mordomias, acho que não haveria tanta resistência.

Pego atenção ao Líder do Governo ao fato que estamos tratando de um problema muito sério. Acho que a intervenção do Poder Legislativo no Paraná evitará, com certeza, que esta questão tenha um desfecho de violência e fundamentalmente servirá como uma tomada de posição, como uma tomada de consciência do Poder Legislativo no Paraná para que todos nós, após estas visitas, após a discussão e verificação desta realidade, que possamos sugerir e utilizar o peso político que este Parlamento tem para retirar, principalmente os órgãos governamentais desta política de omissão que temos hoje. O Incra do Estado do Paraná está omissor, não se mexe, não age de acordo com sua competência, sua responsabilidade. É fundamental que nosso Poder intervenha neste caso.

É por isto que, concluindo Sr. Presidente, a nossa proposta não fere absolutamente nenhum dos princípios do Regimento Interno. Até porque esta comissão especial da Assembléia Legislativa do Paraná não tem um caráter deliberativo. Pelo menos assim que entendemos. É uma comissão para tomar conhecimento da realidade e sugerir as medidas necessárias para a solução desse grave problema fundiário que nós enfrentamos no Estado do Paraná.

É isso.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, eu queria antes de mais nada cumprimentar a iniciativa do Deputado Ernani Pudell, de ter colocado neste Plenário requerimento que se faça uma Comissão especial para se acompanhar o problema da terra que se realiza lá na Fazenda Beledelli. E ao mesmo tempo que cumprimento a iniciativa do Deputado Ernani Pudell eu também queria fazer uma convocação dos membros da Comissão de Terra, Migração e Colonização porque fui abordado há poucos instantes para tratar deste assunto para uma reunião amanhã pela manhã às 8:30 na sala das Comissões. Além da Comissão de Terras, Migração e Colonização eu queria

aproveitar a oportunidade para convidar todos os representantes das Bancadas conforme está no requerimento para que a gente possa tratar do assunto e discutir juntamente com o Deputado Ernani Pudell esta visita da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná lá na referida Fazenda.

Estou fazendo este convite porque há poucos instantes fui abordado pelo Deputado Orlando Pessuti e independente do resultado da votação do requerimento eu convoco os membros da Comissão e um representante de cada partido na Sala das Comissões amanhã a partir das 8:30 horas para que a gente possa tratar especificamente deste assunto.

O DR.ROSINHA (Pela Ordem) - A alegação do nobre Líder do Governo, é de que tal proposição fere o Regimento Interno, queremos lembrar que no artigo 34 diz que as Comissões temporárias são as especiais e as de inquérito, o que é proposto é uma comissão temporária de caráter especial e externo, fechado com o inciso 3º do artigo 34. O Artigo 35 diz que as Comissões especiais serão constituídas por determinação da Assembléia mediante requerimento escrito com a indicação do assunto que está no requerimento, o número de membros, colocando um de cada partido, portanto está, o prazo de duração é fixado no Artigo 40, parágrafo único do Regimento Interno e é complementado com o artigo 39.

Portanto, o pretexto de que é antiregimental tal requerimento é um pretexto burocrático e não se pauta no legal. O que nós entendemos é que a preocupação do Líder do Governo e de seu bloco é de que inúmeras iniciativas tomadas por esta Bancada eles gostariam de ter tomado antes e não conseguem, então em função disso preferem roubar as idéias que a Bancada da Oposição tem do que elaborar novas propostas. E essa comissão já deveria ter tomado a iniciativa e se reunir, porque se ela demorar muito para reunir ela vai se reunir para conseguir a terra para enterrar as vítimas desta questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento com os esclarecimentos e a retificação do Deputado Pudell é perfeitamente regimental. Vou submetê-lo a votos.

Os Srs. Deputados que aprovam conservem-se como estão. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Seis Deputados aprovam. Não há número para votação. A Mesa solicita ao Deputado Toti Colação que enquanto a matéria tiver em Plenário que ele não reúna a Comissão para tratar especificamente deste assunto.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, quantos Deputados votaram ao todo?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deseito rejeitaram e seis aprovaram.

O SR. ERNANI PUDELL - Parece-me que não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já anunciei que não há quórum para votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Apenas faço um requerimento a Vossa Excelência, há algumas sessões atrás eu propus, nós propusemos, a Bancada do PT a formação de uma comissão especial da Assembléia para levantar os problemas que envolviam a ferrovia Oeste do Paraná, a famosa Ferroeste e me parece que também naquela ocasião o argumento foi de que havia uma comissão de fiscalização encarregada para isso e que ela iria averiguar toda situação, o que nós estamos vendo Senhor Presidente, é que o trem já descarrilhou, não existe mais ferrovia até o presente momento a comissão de fiscalização não tomou nenhuma atitude.

Então eu quero aqui laurar um protesto no sentido de que não se utilize mais manobras regimentais e nem mesmo da maioria para fazer com que este poder seja caracterizado como um poder omissor.

Eu só espero, com toda a sinceridade que a bancada do Governo comece a adotar algumas medidas concretas no sentido de mobilizar a sociedade paranaense para que nós comecemos a discutir os nossos problemas sociais mais graves e apontar as soluções, que aliás esse é o dever desse poder legislativo e não ficar tentando impedir que aqueles Deputados que pretendem fortalecer este poder, posicionar este poder, que esses Deputados sejam sempre através de suas propostas rejeitadas em nome da omissão da maioria silenciosa e calada. Que aliás até parece a Bancada do Quêrcia.

Está mais parecida com a Bancada do Quêrcia, do que com a Bancada do Requião. Data vênha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - Das Proposições ns. 037, 042 e 043/91

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 149/91

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.

288/91

Do Projeto de Resolução n. 040/91
e do Projeto de Lei n. 320/91

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,
no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N° 085-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de JOSÉ TRAQUÍNIO ISFER, matrícula n° 125, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 020, de 13 de janeiro de 1988, nos termos do item n° 08, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e no art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 4361, de 18.05.90)

PORTARIA N° 086-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de FLORIVALDO PALÁCIO, ex-Deputado Estadual, pensionista do extinta Feppa, nos termos do item n° 08, letra "i" da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, e, no art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 7004, de 23.07.91).

PORTARIA N° 087-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão dos descontos de imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de PAULO DE SOUZA FILHO, matrícula n° 441, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 257/80, de 19 de maio de 1980, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 7, de 16 de janeiro de 1989, e no Art. 6°, Item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1989.

(Protoc. n° 6734, de 10.07.91)

PORTARIA N° 088-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto de imposto de renda re-

tido na fonte, dos proventos de inatividade de MARIA IGNEZIA CAVALARI FAGUNDES, matrícula n° 219, aposentada pelo Decreto Legislativo n° 377/86, de 23 de dezembro de 1986, nos termos do item n° 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 7, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e, no art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 2190, de 15.03.91)

PORTARIA N° 089-91

mandar isentar dos proventos de inatividade de SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula n° 446, aposentada por invalidez, de acordo com o Decreto Legislativo n° 152/88, de 07 de junho de 1988, o Imposto de Renda retido na fonte, conforme dispõe a Instrução Normativa n° 7, item 8, da Secretaria da Receita Federal, de 16 de janeiro de 1989; e, o Art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 7117, de 09.08.91)

PORTARIA N° 090-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão dos descontos do imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de JOSE MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, matrícula n° 048, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 230/79, de 15 de março de 1979, nos termos do item n° 08, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 6549, de 04.07.91)

PORTARIA N° 091-91

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão dos descontos do imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de JOSE ARY VALERIO, matrícula n° 392, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 427/78, de 01 de janeiro de 1987, nos termos do item 08, letra "i", da Instrução Normativa n° 07, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal, e art. 6°, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de janeiro de 1988.

(Protoc. n° 6279, de 26.06.91)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.08.91.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral